

2661 JAN 1992  
24 JAN 1992

CHARLES B. HOLLAND

**R**econheço que um novo choque econômico é imprescindível. Todavia, um choque ético, ortodoxo, heterodoxo, ou misto, sempre será bem-vindo pela grande maioria da Nação brasileira. Precisamos de mais ética, já! A nossa sociedade clama por mais ética. Talvez fosse apropriado recapitular a seguir algumas razões por que temos tantos problemas éticos.

Há 40 anos, podia-se dizer que São Paulo era tanto ou mais limpa do que as grandes metrópoles dos países mais adiantados. A cidade do Rio de Janeiro, então, era um paraíso, muito limpa e ordeira. Andava-se nas ruas, nas conduções públicas etc. Com segurança.

As nossas grandes cidades tinham a mesma qualidade de vida e segurança das atuais centenas de cidades de pequeno e médio portes do interior do Brasil.

O que aconteceu para que tudo se transformasse? Com a perpetuação da inflação, que é sinônimo de "ditadura econômica", houve um colapso moral nos grandes centros. Todos sabem que quando o Estado é incapaz de administrar as finanças, cria-se um ambiente propício à implantação do caos. Com inflação, o respeito ao direito alheio e aos direitos do dinheiro no bolso alheio desaparece. Sabe-se que, quando há inflação, poucos ganham, enquanto a maioria perde, sem consentimento prévio, condição elementar de um sistema democrático.

Quem não gosta de prestar contas, fica feliz com a inflação. Se a inflação é alta, as contas tornam-se confusas e pouco transparentes. Desta forma, o Estado acostumou-se a gerenciar os recursos do país sem prestar contas à sociedade.

Não se vê prestação de contas de prefeituras, de governos estaduais e do Governo federal. Hoje, somam-se de forma nominal as transações de poder aquisitivo que mudam diariamente em função da inflação. Só o autor do "samba do crioulo doido" pode conceber a prestação contábel de contas, num período de hiperinflação, sem correção monetária integral. É isto o que o Estado faz.

Não existe auditoria independente para atestar a lisura e a transparência das contas do Estado à sociedade. Hoje o Estado oferece liberdade de palavra e de locomoção. Fala-se o que vem à cabeça, com impunidade assegurada. A desobediência civil à maioria das leis do Estado, nas grandes metrópoles, é quase a regra e nunca a exceção.

Todos os dias lemos relatos de corrupção, de malversação que, às vezes, chegam a bilhões de cruzeiros. É revoltante ver que a cadeia parece ter sido feita apenas para punir os humildes. As elites sempre se protegem, mantendo a sua impunidade.

O que fazem os nossos políticos quando tomam conhecimento de denúncias de corrupção? Hoje, nos grandes centros, eles parecem preocupados em administrar a "lei de levar vantagem

em tudo". Eis algumas mazelas que hoje seriam absurdas em cidades pequenas e médias: milhares de ruas infestadas de camelôs, pessoas morando embaixo de pontes, centenas de favelas com barracos de papelão etc.

O Estado dinoussauro, sempre faminto mas agora num campo devastado, quer mais dinheiro para sustentar-se. A sociedade precisa exigir a democratização da economia, dando um basta ao atual estado de coisas.

Na sociedade civil só sobrevive quem tem crédito ou mantém suas contas equilibradas. O Estado tem que fazer o mesmo.

Para acelerar as mudanças, precisamos exigir do Estado transparência contábil completa e equilíbrio nas contas. Os resultados devem ser sempre levados ao conhecimento do público.

Os políticos que hoje se movimentam para prestar favores a apenas alguns, promovendo a desobediência às leis, ou que são incapazes de explicar os benefícios dados à sociedade, devem ser colocados à margem.

Como possível parte de solução para esses problemas, lembramos que a privatização acelerada pode trazer os recursos de caixa de que o Estado tanto necessita. Isto permitirá a redução drástica de impostos. Temos necessidade imediata de menos impostos, menos ingerência do Estado na sociedade e, por outro lado, de mais ética, mais produtividade e mais trabalho. E cadeia para os corruptos e corruptores.

Charles B. Holland é sócio da Ernst & Young, Sotec Consultores e Auditores.